

SENTIDOS E SIGNIFICADOS QUE PROFESSORAS ATRIBUEM A LITERATURA INFANTIL COMO UM DOS FATORES DE INCLUSÃO

Leilane Virgínia Silva de Oliveira¹

Marcela Gomes da Silva²

Zélia Granja Porto³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar concepções que professoras da educação infantil atribuem à literatura infantil como atividade mediadora do conhecimento sobre a inclusão de crianças com deficiência no interior da sala de aula. Para isso, realizamos entrevistas com professoras da educação infantil da rede pública de ensino, buscando compreender o que dizem sobre a importância da literatura infantil, suas concepções a respeito da inclusão e como realizam o trabalho com a literatura infantil como um mediador fundamental da relação das crianças com a inclusão. Com base no estudo, verificamos que as professoras consideram a literatura um apoio positivo à prática educativa, ao mesmo tempo em que reconhecem a contribuição deste conhecimento para a apropriação de valores como o respeito às diferenças. Dessa forma, trabalham questões inclusivas mediadas pela literatura infantil.

Palavras-chave: literatura infantil, inclusão, diversidade.

INTRODUÇÃO

O tema da inclusão tem sido foco do debate educacional pela relevância que assumiu no enfrentamento de paradigmas e preconceitos instituídos na sociedade e na escola em relação às pessoas com deficiência. Fruto deste debate, alguns ganhos podem ser percebidos, embora tenha ainda muito a ser feito. Ao longo do tempo, a sociedade passou a olhar para essas pessoas de forma diferente, e assim foram sendo criadas instituições escolares especializadas, no intuito, de receber apenas alunos com deficiência. Foram surgindo diversas discussões acerca da inclusão desses alunos em

¹ Concluinte de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. leilane_oliveira2@yahoo.com.br

² Concluinte de Pedagogia – Centro de Educação – UFPE. celikagomes@hotmail.com

³ Professora Associada do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – Centro de Educação – UFPE. zeliaporto2@yahoo.com.br

escolas consideradas regulares. Atualmente as escolas recebem alunos com deficiência, e os professores precisam se adaptar a essa nova realidade, incluindo os alunos em sala de aula, não apenas pelo fato de estar presente na sala, mas de participar de todas as atividades juntamente com as outras crianças. Mas, como sabemos o preconceito ainda é muito grande. Um recurso que está sendo utilizado pelos professores para trabalhar essas questões atitudinais é a literatura infantil como meio de superar preconceitos. A literatura se tornou um recurso que permite o trabalho em sala de aula de forma lúdica, utilizando o real e o imaginário fazendo com que o olhar se volte para o outro, possibilitando reflexões acerca da diferença.

O tema da inclusão e literatura infantil tem sido o foco de diversas pesquisas. Dentre elas, a desenvolvida por Cristóvão (2010) retrata a inclusão como função da instituição, sendo necessária, para sua ocorrência, a realização de ações pedagógicas por parte do educador, como a prática de ensino de leituras e literaturas. Esta autora considera também que a literatura infantil concede à criança a importante compreensão das diferenças e desigualdades, acreditando que o texto literário educa para incluir, uma vez que a grande diversidade encontrada nos vários personagens disponibiliza à criança leitora o conhecimento das muitas realidades humanas. (CRISTÓFANO, 2010). Por outro lado, Silva e Simplício (2009, p.1) abordam o tema da inclusão no sentido da criança ser formada envolvida no aspecto inclusivo, em que "[...] torna comum a aceitação, o respeito ao próximo independente de suas condições físicas", sendo isso possível através da literatura infantil, que resulta no desenvolvimento da imaginação e na superação de preconceitos. Já Monteiro e Martins (s/d) ao realizarem pesquisa sobre a utilização da literatura infantil como ferramenta no enfrentamento do preconceito através de rodas de leitura, trazem a questão da literatura como ferramenta de superação do preconceito dentro da sala de aula em relação a pessoas com deficiência. Essas autoras defendem a literatura infantil no processo de mudança de atitudes, ou seja, para serem trabalhadas as barreiras atitudinais relativa às pessoas com deficiência a literatura é a melhor maneira de conscientizar, sem impor comportamentos, acontecendo de forma natural. Segundo Monteiro e Martins (s/d),

A literatura infantil pode tornar-se instrumento relevante, uma vez que, através do lúdico e do ficcional, é possível fazer com que aqueles alunos que não apresentam necessidades educacionais especiais conheçam, reflitam e, até mesmo, experienciem situações que seus colegas com deficiência vivenciam. (MONTEIRO E MARTINS, s/d, p.3)

Como podemos ver, a literatura infantil vem sendo vista como um dispositivo muito importante que traz a comparação entre a vivência do mundo real e do lúdico fazendo com que as crianças reflitam e se percebam no lugar do outro, tomando consciência de suas atitudes e valores sem ser algo autoritário, mas sim natural como afirmado anteriormente. Filiando-se às ideias de Monteiro e Martins (s/d), as autoras Zardo e Freitas (2004) afirmam que a literatura infantil pode ser usada como uma estratégia pedagógica para abordar questões inclusivas uma vez que poderá possibilitar às crianças estabelecerem ligações entre o real e o fictício e, dessa forma, suscitar reflexões acerca da inclusão. As autoras afirmam que "a experiência da leitura deve decorrer das propriedades da literatura enquanto forma de expressão artística, utilizando-se da linguagem para conciliar e relacionar racionalidade, ficção e realidade". (ZARDO E FREITAS, 2004, p.3)

A partir dessas abordagens percebemos que esses autores apontam aspecto em comum em suas pesquisas - a literatura infantil é um recurso mediador fundamental da relação da criança com a apropriação e compreensão do conhecimento de aspectos pessoais, diferenças físicas e sociais, desigualdades e preconceitos, que fazem o leitor se identificar com essas questões que estão sendo trabalhadas através dos textos literários. Ao serem tratadas questões relacionadas com as diferenças de cada pessoa, permite-se que o sujeito entenda sua singularidade e se reconheça por meio dos temas e questões levantados pela literatura infantil.

Diante disso, surgiu o interesse em aprofundar os estudos sobre o tema, a fim de contribuir para ampliação do conhecimento na área da literatura infantil trazendo como elemento norteador, a inclusão. Os autores citados abordam diretamente o trabalho envolvendo os alunos, a exemplo da realização de rodas de leituras com a finalidade de enfrentar o preconceito (MONTEIRO e MARTINS, s/d), tendo como foco a prática, a realização de ações com os alunos. Nosso interesse perpassa pelas concepções que as professoras têm sobre a literatura infantil como promotora da inclusão, e se as mesmas dizem incluir esse recurso na sua prática. Por este motivo sentimos a necessidade de aprofundar o tema sob esse enfoque, em que estudos desta natureza são escassos.

A nossa escolha pelo tema foi motivada também por abordagens tratadas nos componentes curriculares Educação Literária na Escola e na Biblioteca, Educação Inclusiva, Educação Infantil e Pesquisa e Prática Pedagógica 6, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. Além disso, fomos instigadas pela experiência prática na educação infantil por meio de estágio extracurricular. Essas experiências

juntamente com as pesquisas desenvolvidas na área nos impuseram a discutir sobre de que forma a literatura infantil é vista por professores associada ao tema da inclusão.

Com esse artigo temos o objetivo de analisar concepções que professoras da educação infantil atribuem à literatura como atividade mediadora do conhecimento sobre a inclusão de crianças com deficiência no interior da sala de aula. As concepções reveladas pelas professoras entrevistadas serão identificadas através de suas falas. Além disso, iremos compreender o que as professoras pensam da importância da literatura infantil na perspectiva da inclusão e identificar como elas trabalham o tema da inclusão a partir da literatura infantil. Logo, visamos indagar o seguinte questionamento: Professoras da educação infantil reconhecem a literatura infantil como um mediador da relação do aluno com o conhecimento sobre a inclusão na sala de aula?

1. FUNÇÃO DA LITERATURA INFANTIL

Atualmente a literatura infantil é utilizada para diversas finalidades, e os professores se apropriam dessa ferramenta para trabalhar os variados aspectos dentro da sala de aula, inclusive a diversidade social e cultural e processos de discriminação encontrados nas escolas. A literatura infantil é um recurso utilizado para a educação que possibilita o aprendizado através do lúdico e que também promove o prazer da leitura, ou melhor, o deleite. Segundo Goés "[...] o ideal da literatura é deleitar, entreter, instruir e educar as crianças, e melhor ainda se as quatro coisas de uma vez [...]". (1991, p.22). Por outro lado, ao abordar a literatura na perspectiva de educação para a inter/multiculturalidade, Melo (2007, p.19) afirma que “[...] as mensagens transmitidas pelos textos literários poderão ampliar na criança a percepção de si mesma, do outro e do mundo, quanto poderão conduzi-la à aquisição de estereótipos e de posturas de discriminação”. Estas afirmativas retratam bem o contexto da literatura infantil, mas seu surgimento obteve razões diversas das que conhecemos hoje.

O ponto de partida da literatura infantil foi no início do século XVIII, com a desvinculação da criança do mundo adulto, quando a criança passou a ser vista como "um ser diferente do adulto, com necessidades e características próprias, pelo que deveria distanciar-se da vida dos mais velhos e receber uma educação especial, que preparasse para a vida adulta". (CUNHA, 1987, p. 19). A partir do momento que foi lançado um novo olhar para a criança, iniciou um processo de adequação para tal, ou seja, houve a separação do mundo adulto do mundo infantil, que afetou logicamente na

produção dos livros. Mas antes dessa dissociação, a literatura que era destinada as crianças da época era diferente e separada de acordo com a classe social,

Temos de distinguir dois tipos de crianças, com acesso a uma literatura muito diferente. A criança da nobreza, orientada por preceptores, lia geralmente os grandes clássicos, enquanto a criança das classes desprivilegiadas liam e ouviam as história de cavalaria, de aventuras [...]. (CUNHA, 1987, p. 19)

Como vimos a criança não era vista como um ser diferente do adulto, da mesma forma, a literatura acompanhava esse pensamento e cada gênero tinha seu público definido, tanto para ricos como para os pobres. A partir das mudanças ocorridas surge a empreitada dos educadores na criação desta literatura específica para as crianças.

Possuindo caráter normativo e informativo (CUNHA, 1987), essa nova literatura trazia para as crianças obras que já existiam, mas que foram adaptadas. Ao longo do tempo foram surgindo alguns autores que começavam a propor obras diferentes, como Andersen, Carlo Collodi, Amicis, Lewis Carroll, J. M. Barrie, Mark Twain, entre outros. Já no Brasil o que se podia perceber eram obras pedagógicas adaptadas de produções portuguesas. Houve mudanças no cenário brasileiro com o autor Monteiro Lobato, que trouxe obras diversificadas quanto ao gênero e orientação, como um bom exemplo, a obra Sítio do Pica-pau Amarelo, com personagens adultas que orientam as crianças, ou seja, de cunho didático, mas que ao mesmo tempo Lobato "[...] escreve outras de exploração do folclore ou de pura imaginação" (CUNHA, 1987, p.20).

Introduzem-se então novos aspectos na literatura infantil, antes escrita objetivando a instrução e posteriormente a escrita de literaturas de cunho imaginário. Na época a leitura não era vista como algo para ser prazeroso, mas com o início dessas produções a leitura passou a ser estimulada através da imaginação surgindo assim algumas das funções que a literatura possui atualmente.

Com o passar do tempo a literatura infantil sofreu bastante modificações, e passou a representar funções sociais distintas das que representavam anteriormente, mas não deixando de atender as demandas da sociedade,

[...] na atualidade, o livro infantil apresenta a realidade – os problemas sociais, políticos e econômicos. Ao assim fazer, não foge do lúdico, pois continua a transmitir emoções, a despertar curiosidade e a produzir novas experiências. Por outro lado, desempenha uma importante função social que é fazer com que a criança perceba intensamente a realidade que a cerca. (CALDIN, 2003, p. 5)

Ou seja, a literatura se modificou e passou a transmitir valores na mesma proporção das exigências e mudanças sofridas na sociedade, abordando tanto aspectos econômicos como políticos sem esquecer o lúdico. Neste contexto, a escola e os professores utilizam a literatura infantil como uma ferramenta para romper com paradigmas e preconceitos existentes na sociedade, e a diversidade se tornou uma questão importante que as escolas e as salas de aulas precisam enfrentar. Quando falamos em diversidade no ambiente escolar, Monteiro e Martins, afirmam que,

[...] estamos nos firmando no paradigma da inclusão. Uma das principais características desse paradigma é a não discriminação, seja ela racial, cultural, social, de gênero, de condição (física, sensorial, intelectual, múltipla), entre outros. Todos os alunos têm direito a estar na escola regular com os demais, sem que lhes sejam impostas barreiras pedagógicas, físicas ou atitudinais. A educação inclusiva enfatiza, portanto, a aceitação das pessoas como são, com suas diferenças individuais. (s/d, p.1)

Neste aspecto, podemos afirmar que quando se trabalha as questões atitudinais, pode-se obter bons resultados, e a literatura infantil é o recurso mais apropriado para tal função. Levando esses aspectos em consideração, Silva e Simplício (2009) afirmam que um dos maiores problemas da inclusão são as questões atitudinais e que a literatura é uma forma de sensibilizar e propiciar a discussão de valores e comportamentos.

Dessa forma a literatura infantil se mostra como um meio importante que poderá contribuir para trabalhar esses aspectos, pois, segundo Coelho (1991, p. 320) "trazem à tona cenários democráticos de personagens e linguagens diferentes, espaços de abordagens inusitadas dos aspectos cotidianos [...]". Esses cenários possibilitarão a estimulação da criança ao imaginário e também as possibilidades de criar, de estar no lugar do outro e viver emoções, assim como também de construir e desenvolver conceitos e atitudes que permitam a aceitação das diversidades existentes. Essas questões atitudinais são abordadas pela literatura infantil de modo a criar situações e conflitos, em que as crianças são confrontadas e acabam sendo levadas a entrarem no mundo proposto pela literatura, podendo assim vivenciar outros universos. As características apontadas estão presentes no Referencial Curricular da Educação Infantil, o qual afirma que,

A leitura de histórias é um instrumento em que a criança pode conhecer a forma de viver, pensar, agir e o universo de valores, costumes e comportamentos de outras culturas situadas em outros tempos e lugares que não o seu. (1998, p.143)

Além disso, a literatura permite que essas questões sejam trabalhadas sem imposição, conscientizando e educando os alunos de forma natural, se tornando um instrumento relevante que através do lúdico e do ficcional, fazem com que as crianças ditas "normais" conheçam, reflitam, e experienciem situações similares às de colegas que possuem alguma "diferença". (MONTEIRO E MARTINS, s/d).

Sendo assim, a inclusão pode e deve ser trabalhada através da literatura, como afirmam Zardo e Freitas que,

A literatura infantil pode ser o cerne da construção de uma educação inclusiva, pois operando a partir de sugestões fornecidas pela fantasia e imaginação, socializa formas que permitem a compreensão dos problemas e demonstra-se como ponto de partida para o conhecimento real e a adoção de uma atitude que valorize as diferenças e as particularidades. (ZARDO, FREITAS, 2004, p. 2)

Ou seja, a literatura se torna um leque de possibilidade para trabalhar aspectos inclusivos, que, assim como a literatura infantil, possui conceitos que devem ser discutidos e explorados para que este trabalho obtenha fundamento.

2. INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Como vimos, diversos estudiosos (CRISTÓFANO, 2010; MONTEIRO; MARTINS, s/d; SILVA; SÍMPLÍCIO, 2009; ZARDO; FREITAS, 2004) defendem a ideia de que a literatura permite traçar um caminho para a inclusão, uma vez em que possibilita ao leitor, entre outros aspectos, uma reflexão crítica e uma sensibilização acerca de vários aspectos da vida, através da identificação com situações vivenciadas pelos personagens, ou seja,

Muitas crianças poderão se reconhecer ao se defrontarem com uma personagem que contém os mesmos conflitos e problemas do seu cotidiano. Tais experiências vivenciadas e identificadas pelo leitor apresentam a oportunidade de a Literatura Infantil contribuir com a inclusão. (CRISTÓFANO, 2010, p. 125)

Compreendendo a possibilidade de discutir a inclusão por meio da literatura infantil, é importante refletirmos sobre o conceito de inclusão e como esta pode ser vivenciada no ambiente escolar.

Segundo Mantoan (2006, p. 19), inclusão é o processo no qual todos os alunos, sem exceção, são inseridos na escola de forma “radical, completa e sistemática”.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), a inclusão garante o direito de educação para todos.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (SALAMANCA,1994).

Partindo dessa concepção, para que haja, de fato, a inclusão, a escola precisa modificar-se para que seja capaz de atender às necessidades de seus sujeitos, promovendo um ambiente onde todos são acolhidos e capacitados para desenvolver suas competências e habilidades independente de suas diferenças.

De acordo com Mantoan (2006), vivemos em uma sociedade caracterizada pelas diferenças culturais, sociais, religiosas, de gênero, de condição (física, intelectual, etc.) entre outras, que nos permitem compreender o mundo a nossa volta e a nós mesmos. Logicamente, essa diversidade é reproduzida pela escola, uma vez que é espaço das interações sociais, ou melhor, local em que as relações sociais convivem e confrontam-se com suas diferenças. Sendo assim, Mantoan (2006, p. 15) afirma que

[...] a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, étnicas – nos processos pelos quais forma e instrui os alunos.

Para que as diferenças presentes na escola não se tornem motivos de exclusão e discriminação, é necessário promover uma educação que abranja a todos os alunos, incluindo aqueles com algum tipo de deficiência e que valorize as diferenças de cada um, discutindo e problematizando os possíveis conflitos que podem surgir. É necessário que a escola promova situações em que os indivíduos interajam uns com os outros, para que aprendam a conviver com as diferenças.

Dessa forma, a interação social tem papel fundamental para a aprendizagem dos alunos e para o convívio com a diversidade, uma vez em que, como defende Vygotsky (1984), através da interação o sujeito compreende o mundo a sua volta, internaliza os conhecimentos adquiridos através do outro e do meio e reflete seu aprendizado na sociedade, construindo novos pensamentos e experiências.

De acordo com Melo (2007), a escola e os educadores podem estimular os sujeitos infantis em um processo educativo que conviva com a diversidade, visto que os sujeitos, ao longo de sua trajetória de vida, “irão encontrar-se com outros diferentes de si, com os quais poderão crescer, se esse encontro estabelecer interações positivas e enriquecedoras”. (MELO, 2007, p. 19)

Para Monteiro e Martins (s/d), independente da criança ter ou não uma deficiência, a interação social é necessária para seu desenvolvimento cognitivo, social e pessoal. As autoras ainda afirmam que as crianças consideradas “normais” podem exercer um importante papel de mediadores auxiliando no desenvolvimento das crianças com deficiência, a partir da interação. Assim como, o convívio com as crianças com deficiência também permite novas aprendizagens e atitudes diante da diversidade. (MONTEIRO E MARTINS, s/d).

Sendo assim, a escola precisa propiciar um ambiente que aceite a diversidade de seu alunado e promova o convívio entre todos os alunos independente de sua condição física, intelectual, motora, cognitiva. Isso possibilitará um ambiente rico em aprendizagens significativas tanto para os alunos com deficiência como para os demais.

É nesse sentido que a escola precisa compreender e vivenciar a inclusão, pensando uma educação para todos, que considere as particularidades de cada um e promova ações de solidariedade, respeito, coletividade. Como afirma Drago (2011),

Entendendo que a formação final de toda personalidade da pessoa com ou sem deficiência requer um ensino de qualidade que atenda às características de cada um, a escola inclusiva direciona-se para um ensino que, além de reforçar os mecanismos de interação solidária e os procedimentos cooperativos, auxilia o ser humano a se ver e se perceber como parte de um todo que independe de suas características físicas. (DRAGO, 2011, p. 78)

Quando se fala de inclusão no ambiente escolar se refere à inclusão de todos os sujeitos e suas particularidades, como afirma Mantoan (2006, p. 16), “[...] se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças”.

Numa perspectiva de inter/multiculturalidade, Melo (2007) considera que a escola precisa lidar com a pluralidade dos sujeitos e valorizar as diferenças presentes em seu contexto, uma vez em que, segundo a autora, é no confronto entre os diferentes que os sujeitos constroem significados que irão caracterizar a sua identidade.

A escola precisa estar ciente de que a diferença precisa ser reconhecida e valorizada para que haja uma mudança nas práticas escolares excludentes e que essa transformação precisa partir das interações entre os sujeitos. Portanto, é necessário que as discussões sobre os aspectos que permeiam a inclusão sejam inseridas desde a educação infantil, onde o sujeito (a criança) está formando sua identidade, aprendendo e compreendendo através das relações sociais estabelecidas no ambiente pedagógico. Segundo Souza (2012),

É importante que a inclusão no sistema educacional se inicie na Educação Infantil. Este é um local no qual as questões suscitadas a respeito da diversidade e o encontro com o diferente acontecem em situações corriqueiras, diferente do que ocorre em outros níveis educacionais. (SOUZA, 2012)

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil,
(BRASIL, 1998)

A criança, como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. (BRASIL, 1998, p. 21)

Em outras palavras, podemos afirmar que a criança é um ser que aprende por meio de suas vivências e relações afetivas e sociais, e que “[...] produz cultura na interação que estabelece com outras formas e manifestações de cultura”. (BAPTISTA, 2010, p. 2)

Partindo deste princípio, Paniagua e Palácios (2007, p. 11) dizem que a educação infantil “[...] deve proporcionar experiências e interações com o mundo social e físico de forma ajustada às sucessivas idades que abrange [...]”, ou seja, a escola deve propiciar momentos de interação entre as crianças desde os primeiros anos, com o intuito de desenvolver as suas potencialidades e experiências educativas significativas.

Sabemos que a educação infantil é uma das principais instâncias em que a criança interage e passa a compreender o outro e a si mesmo. É essa interação que permite o contato com a diferença, com a individualidade de cada um. Na escola, a criança estabelece relações com outro ser diferente dela e precisa aprender a conviver e entender a singularidade de cada pessoa. É aí que podem surgir os conflitos, a segregação, os preconceitos adquiridos socialmente, na família, na escola, no meio em que se vive, e é preciso romper com essas barreiras, para que a inclusão se efetive.

Diante disso, surge o papel do professor neste processo, que agirá como mediador desses conflitos. Ele precisa estar atento para tais questões e intervir para construir relações de respeito, de valorização da diferença, da compreensão sobre si e sobre o outro. Para isso, o professor precisa ter claro a ideia de que todos devem estar inclusos no processo de aprendizagem independente de sua diferença, bem como deve estar ciente de que é responsável pela construção de uma prática inclusiva.

Drago (2011) afirma que o trabalho pedagógico precisa ser levado em consideração quando se pensa em inclusão, que é preciso adquirir novos posicionamentos diante das necessidades dos sujeitos em formação e que essa inovação perpassa na formação do professor.

[...] a inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, provoca e exige da escola novos posicionamentos. Além disso, é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas, pensem no que estão fazendo, com quem estão lidando, que subjetividades estão formando [...] (DRAGO, 2011, p. 89)

É certo que as escolas têm recebido uma grande demanda de matrículas de crianças com deficiência e que os professores nem sempre têm uma formação adequada para lidar com a diversidade de seu alunado. Contudo, os professores não podem ignorar as diferenças, muito menos mascará-las fingindo não existirem. Ao contrário, precisam criar estratégias educativas para que todos se sintam inclusos no processo de formação.

Ao trabalhar a questão da diversidade na sala de aula, o professor permite que as crianças reflitam, conversem sobre seus anseios, dificuldades e vejam as diferenças existentes a partir de outro olhar, pois com essa prática, ele quebra as barreiras que distanciam e que impedem a discussão sobre esse assunto, muitas vezes, tratado como tabu. Além disso, a criança com deficiência também se beneficia, pois se cria um ambiente propício ao seu desenvolvimento, onde o preconceito é superado, por meio da interação com os demais.

Diante disso, enfatizamos o quanto é necessário trabalhar a inclusão na educação infantil, pois como afirma Drago (2011),

Pensar a inclusão na educação infantil é lutar duas vezes: uma pelo direito da criança pequena à educação de qualidade que a veja como sujeito produtor de história, cultura e conhecimento e outro por acreditar que a criança pequena com algum tipo de comprometimento físico, mental ou sensorial tem capacidade de aprendizagem e também é sujeito social que possui, produz e

reproduz cultura, conhecimento e história. (DRAGO, 2011, p. 96)

Para isso, o professor pode utilizar diversas estratégias e/ou meios pedagógicos que o auxiliarão neste processo. Entre esses recursos, acreditamos que a literatura infantil abre um leque de possibilidades para que o professor encontre o meio mais adequado de se trabalhar a diversidade na sala de aula, pois a partir de uma história, de algum personagem, a criança pode compreender suas próprias particularidades, compará-las com o outro e até experimentar situações vivenciadas pelas crianças com deficiência. Sobre isso, Monteiro e Martins (s/d) afirmam que

[...] quando o professor lê para seus alunos um livro que conta, por exemplo, situações vivenciadas entre crianças sem e com deficiência, que mostram naturalidade na relação por elas vivenciadas, que explicam certas dúvidas que as crianças têm e que também valoriza as diferenças, estará fazendo com que haja uma série de conflitos nos pensamentos dessas crianças, os quais, ao se reestruturarem com as novas ideias adquiridas, poderão favorecer a mudança de atitudes e o respeito à diversidade. (MONTEIRO E MARTINS, s/d, p. 4)

Além disso, a literatura contribui para o desenvolvimento da criança e a sua formação desde a educação infantil, uma vez em que o lúdico e a imaginação estão tão presentes nesta fase. De acordo com Baptista (2010),

A relação entre literatura infantil e imaginação [...] é um importante argumento para que sejam promovidas, no cotidiano das práticas educacionais, atividades de leitura, manipulação de textos literários e conversas sobre eles. (BAPTISTA, 2010, p. 5)

Dessa forma, o professor estará vivenciando uma prática pedagógica inclusiva, que abrange todos os alunos com ou sem deficiência e formando sujeitos mais reflexivos e solidários a partir de situações próximas a eles, que fazem parte de sua realidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa assume o caráter exploratório, de natureza qualitativa, de acordo com Ludke e André (1986) e análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2009). Segundo Ludke e André (1986, p. 11), a pesquisa qualitativa “[...] supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada.” Neste tipo de pesquisa, segundo as autoras, o pesquisador está interessado em observar

como um problema se verifica na prática, nas interações cotidianas e para isso, precisa está atento a todas as situações presentes.

Para responder aos objetivos desta pesquisa, utilizamos como instrumento a entrevista semi-estruturada, que de acordo com Ludke e André (1986, p. 33-34),

[...] na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista.

Para isso, foram entrevistadas dez professoras da educação infantil da rede pública de ensino da cidade do Recife, que lecionam nos grupos três, quatro e cinco e que têm um ou mais alunos com algum tipo de deficiência na sala de aula. Por razões éticas, identificaremos as professoras através de números, como por exemplo, professora 1, professora 2, até a professora 10, seguindo a ordem de realização das entrevistas.

Todas as entrevistas foram gravadas na forma de áudio e transcritas na íntegra. As perguntas da entrevista estavam relacionadas à concepção de inclusão por parte das entrevistadas, à importância do uso da literatura infantil atribuída pelas professoras e à forma como utilizam a literatura para trabalhar a questão da inclusão na sala de aula, visando, assim, atender os objetivos propostos nesta pesquisa.

Para analisarmos o que as professoras dizem, ou seja, que sentidos e significados elas atribuem à literatura infantil como um dos fatores de inclusão, tomou-se como base a análise de conteúdo de acordo com Bardin (2009).

Para uma análise mais eficiente dos dados coletados, a autora sugere uma análise categorial, que segundo ela, é realizada em três etapas, sendo elas: a descrição, a inferência e a interpretação. Cada uma dessas etapas tem, respectivamente, as seguintes funções: enumeração das características do texto, admitir uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras, ou seja, outros estudos já realizados, e por fim a significação concedida a estas características, sendo consideradas muito importantes para a realização da análise dos dados.

Seguindo esse tipo de análise, elaboramos categorias descritivas para sistematizar e inferir significados às falas das professoras. Tais categorias, criadas a partir das respostas das entrevistadas, permitiram uma interpretação mais precisa dos

dados, gerando uma caracterização sistemática e uma comparação entre as falas dos sujeitos entrevistados.

A coleta de dados ocorreu no período de setembro a novembro de 2014 com o total de dez professoras e as entrevistas foram realizadas nas próprias escolas tendo duração entre 15min e 20min. A partir da coleta, a análise dos dados apresenta-se a seguir de acordo com os objetivos da pesquisa, sendo assim, apresentaremos os objetivos da pesquisa e respectiva análise.

RESULTADOS

Para analisar e compreender concepções das professoras entrevistadas a respeito da inclusão, perguntamos inicialmente o que elas pensam sobre inclusão de um modo geral. A partir das respostas, como podemos observar no quadro 1, definimos quatro categorias.

Quadro 1 – Concepções das professoras sobre inclusão.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Agente do processo	Inclusão vai além do estar presente na sala de aula
Socialização/Interação	Inclusão quando há interação entre os sujeitos
Igualdade	Inclusão como igualdade de direitos básicos para os sujeitos
Aceitação do outro	Considerar as diferenças de cada um

A primeira categoria traz a concepção da criança como agente do processo, ou seja, a criança não pode estar apenas inserido na sala de aula, ele precisa participar ativamente do processo de aprendizagem, como explica a professora 2:

[...] inclusão vai bem além de inserir na sala de aula, é considerar cada aluno com um potencial e com ritmo diferente [...].

Quanto a essa questão, Candau (2012) traz a perspectiva dos educadores assumirem uma “postura de valorização positiva das diferenças”, assim como a professora entrevistada afirmou, não se deve manter os alunos com alguma deficiência

na sala de aula apenas por “estar presente”, ignorando-o, mas sim valorizar o potencial de cada um no intuito de promover seu desenvolvimento.

A segunda categoria criada a partir das falas das professoras foi a inclusão como socialização/interação. As professoras relataram que há inclusão quando há uma interação entre os sujeitos na sala de aula e que essa inclusão se relaciona com a questão da socialização dos sujeitos (no caso, crianças com deficiência) que estiveram durante muito tempo longe da vida escolar. A professora 7 nos relata que,

a inclusão é necessária e se trata exatamente de envolver crianças que estiveram durante muito tempo a margem dessa experiência de vida escolar junto com outras crianças [...].

Portanto, consideramos uma concepção de inclusão voltada apenas para a questão de suprir uma ausência histórica das crianças com deficiência na sala de aula, que nem sempre garante a aprendizagem da mesma. Em consonância com Kassir (1999), essa questão aponta que a escola tem funcionado para as crianças com deficiência apenas no sentido da interação com outros colegas em detrimento da aprendizagem sistemática.

Além disso, segundo a LDB (Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional), todos têm direito ao ensino sendo dever do Estado possibilitar essa garantia, onde no Artigo 3º, inciso I, sendo um dos princípios do ensino, “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, além do Artigo 4º, inciso III onde,

o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (LDB, 1996)

A terceira, na qual incluímos as concepções de professoras que relacionavam a inclusão com igualdade, ou seja, inclusão como igualdade de direitos básicos para os sujeitos, como relatou a professora 8:

[...] Inclusão... é [...] incluir os alunos com algumas necessidades [...] no ambiente onde todos são iguais, né, e que eles são inseridos e são tratados de forma igualitária [...].

E na quarta categoria, a inclusão é vista por professoras, como aceitação do outro. Para haver inclusão é necessário considerar as diferenças de cada um. A professora 1 nos traz esta idéia:

[...] Inclusão é você aceitar o outro como ele é, num é? Então, assim, quando você consegue atender as necessidades do outro, ouvir e tê-lo do jeito que ele é, você ta incluindo ele [...].

Sobre essa questão, em relação a professora 8, Candau (2012) reforça essa ideia de definição de igualdade, afirmando que

A igualdade [...] assume o reconhecimento de direitos básicos de todos/as. No entanto, esses todo/as não são padronizados/as, não são os mesmos/as. Têm de ter suas diferenças reconhecidas como elemento de construção de igualdade. (CANDAU, 2012, p. 2).

Mesmo com os direitos básicos para todos e todas, de forma igualitária, as diferenças de cada um devem ser reconhecidas, ou seja, para que de fato afirmemos essa igualdade, não podemos nos restringir apenas ao acesso aos direitos básicos de cada um, se torna necessário o reconhecimento das diferenças no qual o sujeito seja valorizado e tratado de forma igual, sendo assim acarretando na não invisibilização da diferença, se tornando um aspecto importante para a construção da igualdade apresentada pela autora. Sendo essa perspectiva que a professora 1 aborda, na qual as diferenças de cada um devem ser consideradas, afim de promover a inclusão, aceitando o outro como ele é e trabalhar suas potencialidades, corroborando com Candau (2012, p. 4) no sentido de que o professor e conseqüentemente a escola precisa “assumir uma postura de valorização positiva das diferenças”.

Vemos, portanto, que as professoras, no geral, compreendem a inclusão como a aceitação do aluno com suas necessidades especiais, valorizando seu potencial, considerando muito mais que sua presença na sala, mas que seja um sujeito que participe, e que tenha direitos de acessos iguais aos demais. Porém, apresentam também concepções que divergem entre si, quando consideram a inclusão como igualdade entre os sujeitos e não consideram suas diferenças, discordando daquelas que acreditam que inclusão é considerar as particularidades de cada indivíduo e potencializá-las de forma em que todos sejam inclusos no processo de aprendizagem.

O segundo objetivo deste trabalho faz referência à compreensão do que as professoras pensam sobre a importância da literatura infantil na perspectiva da inclusão. Para responder a esse objetivo, perguntamos às professoras qual a importância, para elas, de se trabalhar com a literatura infantil na sala de aula. As respostas das professoras possibilitaram o levantamento de cinco categorias, dispostas no quadro 2.

Quadro 2 – Concepções das professoras sobre a importância da literatura infantil.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Aquisição da leitura e da escrita	Literatura como suporte para ensinar a ler e escrever
Prazer de ler	Literatura desperta o prazer pela leitura na criança
Mediador da aprendizagem	Literatura como apoio das diversas aprendizagens
Criatividade e imaginação	Literatura aguça a criatividade e a imaginação
Contraponto entre o real e o imaginário	Literatura permite a compreensão da realidade a partir da fantasia

Enfatizamos que tais categorias estabelecem uma relação entre si, ou seja, elas apresentam-se aqui dissociadas, porém, nos relatos das professoras, diversas vezes, aparecem em conformidade umas com as outras, uma vez em que elas consideram mais de uma categoria citada ao se tratar da importância da literatura infantil.

Em relação à primeira categoria – Aquisição da leitura e da escrita – a maioria das professoras respondeu que a literatura é importante porque auxilia na aquisição da leitura e da escrita por parte do aluno:

[...] a partir de uma palavra geradora daquela história, aí eu vou contextualizando, aí vou trabalhando: fonemas, grafemas, letra inicial, palavras que rimam [...]. (PROF. 2).

A professora 8 acrescenta ainda que a literatura funciona como mediador/facilitador da aprendizagem da escrita por apresentar um caráter lúdico:

[...] facilita sim, quando eu vou pra parte de letramento, eu percebo que é mais fácil [...] é mais fácil de ensinar pra ele, ele entender essa letra que eu to passando [...] a forma da escrita, eu sempre trabalho brincando [...].

Soares (2001 apud COSSON, 2009) ao discutir sobre a escolarização da literatura, afirma que a utilização desta para fins pedagógicos é possível se não houver uma negação de sua função literária, ou seja, segundo a autora, a literatura precisa ser trabalhada a partir de seu próprio valor, sendo fonte de prazer e de experiências estéticas e não apenas como instrumento pedagógico e instrucional.

Apesar de utilizarem o texto literário como mediador da aprendizagem da leitura e da escrita, as professoras não limitam a literatura a essa função. De acordo com seus relatos, elas percebem a contribuição da literatura como fonte de conhecimento e prazer

por meio de sua própria linguagem, que promove diversas aprendizagens a partir de sua característica fictícia, emocional, prazerosa, entre outros, como recomenda Soares.

Duas das dez professoras entrevistadas afirmaram que é importante utilizar a literatura infantil na sala de aula por despertar o prazer pela leitura na criança, gerando a segunda categoria – Prazer de ler. A professora 3 nos relatou que a leitura tem que ser despertada a partir do prazer, não deve ser utilizada apenas como obrigação e que as crianças compreendem melhor quando há esse deleite na hora da leitura. As respostas das professoras correspondem ao pensamento de Goés (1991) sobre a função da literatura infantil, quando ele afirma que literatura serve para entreter, deleitar e educar as crianças e que o prazer da leitura precisa sobressair-se às demais.

Sobre essa questão, Riter (2009) ressalta ainda que o prazer pela leitura vai além da ideia que se tem sobre a leitura como passatempo, como diversão. Ele afirma que o prazer de ler precisa ser construído e cabe ao professor estimular essa capacidade na criança.

[...] Daí a necessidade de o professor não pensar as atividades de leitura como fruição, mas também, como possibilidade de conhecimento reflexivo e, conseqüentemente, de qualificação de seus alunos e de si mesmo. (RITER, 2009, p. 54)

A partir disso, vemos a importância do papel do professor nesse processo de construção do prazer pela leitura na criança, sendo importante utilizá-la de forma prazerosa para adquirir aprendizado, porém, de forma pensada, planejada, contribuindo para a formação do leitor. Pois, como afirma Abramovich (1997, p. 24) “quando uma criança escuta, a história que se lhe conta penetra nela simplesmente, como história. Mas existe uma orelha de trás da orelha que conserva a significação do conto e o revela muito mais tarde.” Ou seja, na hora da história, a criança pode considerar aquele momento apenas como uma brincadeira, algo que não ultrapassa o prazer, e não inferir no exato momento um aprendizado, porém, ao decorrer do tempo, de seu processo cognitivo, irá abstrair aprendizagens advindas do momento da leitura e que se tornarão aparentes.

Outras falas das professoras apresentaram a literatura como mediador de diversas aprendizagens, caracterizando a terceira categoria – Literatura como mediador de aprendizagens – ou seja, a literatura funciona como suporte para a aprendizagem dos alunos de forma geral, a partir da ludicidade presente nela. Destacamos a fala da professora 1 para ilustrar essa categoria:

[...] Eu acho que é porque a criança com o lúdico, ela tem mais facilidade de ver, de entender as coisas [...] Quando você conta a história, a ilustração, que discute com eles, e aí eles conseguem na imaginação deles ir além, isso aí vai facilitar totalmente o trabalho pra quando for pra o papel, quando for pra oralidade, pra leitura de mundo.

Segundo Fernandes (2011, p. 327-328), “as leituras literárias proporcionam, ao mesmo tempo, prazer e conhecimento, além de contribuir para a formação do gosto do leitor”. Podemos afirmar, então, que as professoras percebem que o texto literário além de apresentar um caráter lúdico e prazeroso, também se caracteriza como meio para construir outros tipos de conhecimentos e que a criança atribui sentidos àquilo que ler ou está sendo lido. Essa idéia é explicada por Fernandes (2011):

Se, por um lado, a leitura literária, dado seu aspecto lúdico e ficcional, apresenta-se como um possível chamariz; por outro lado, dado seu aspecto polissêmico e denso, exige uma participação ativa do leitor na construção de sentidos do texto. (FERNANDES, 2011, p. 327)

A quarta categoria foi denominada como – Literatura aguça a criatividade e a imaginação. A maioria das professoras trouxe em suas falas a importância da literatura para aguçar a imaginação e a criatividade da criança, ampliando seu conhecimento. A professora 2 acrescentou que é necessário explorar de forma lúdica a imaginação e a fantasia da criança e a literatura dá esse suporte ao professor. De acordo com Cristófano (2010), os contos literários enriquecem o imaginário da criança e para a autora elas precisam ler histórias que as levem para outro mundo imaginado e recriado por elas, “um mundo mágico, literalmente fabuloso [...] Assim, ler um conto para as crianças é dar-lhes condições de se tornarem adultos mais seguros de seus sentimentos”. (CRISTÓFANO, 2010, p. 118)

A quinta categoria comentada por duas professoras – Contraponto entre o real e o imaginário – aponta que a literatura permite estabelecer uma relação entre a realidade e a imaginação, ou melhor, permite a compreensão da realidade a partir da fantasia: A professora 7 exemplifica:

[...] Existe uma aproximação com o universo do faz de conta [...] a gente mergulha um pouco nesse universo de faz de conta com as crianças [...] Mas, também traz [...] a tona, um pouco da nossa vida real [...] a gente vê na literatura infantil um pouco do retrato da nossa vida [...]. (PROF. 7)

Essa concepção relaciona-se com o que Fernandes (2011) considera uma das funções da literatura a qual denomina função de conhecimento do mundo e do ser. Segundo a autora, a literatura permite uma compreensão da vida por meio da representação de uma dada realidade.

O leitor participa de uma representação, procura reconhecer seu mundo nela e incorpora essa visão da realidade à sua experiência pessoal. Em síntese, ao interagir com a obra literária, o leitor adquire um novo conhecimento de si próprio e do mundo por meio da experiência vivida no universo fictício, que está entrelaçado ao mundo real. (FERNANDES, 2011, p.325-326)

Além disso, a criança, ao defrontar-se com a ficção apresentada na história, pode perceber elementos comuns à sua realidade, o que contribui para resolução de conflitos, dúvidas, questionamentos que a rondam. Para Abramovich (1997), o trabalho com a literatura suscita o imaginário e a curiosidade das crianças.

É uma probabilidade de descobrir o mundo imerso dos conflitos, dos impasses, das soluções que todos vivemos e atravessamos - dum jeito ou de outro - através dos problemas que vão sendo defrontados, enfrentados (ou não), resolvidos (ou não) pelas personagens de cada história (cada um ao seu modo). (ABRAMOVICH, 1997, p.17)

Assim, fazendo uma ligação entre o mundo fictício trazido pela literatura e a realidade, o professor trabalha as questões relacionadas a inclusão, uma vez em que, segundo Cândido (s/d),

A literatura infantil e juvenil pode ser um elemento facilitador na promoção da inclusão: há um despertar que promove a identificação com os problemas físicos, sociais e emocionais dos personagens. Sensibilizado e envolvido pelo contexto da história, o leitor é instigado a atuar mais solidariamente, pois há uma quebra natural de preconceitos. (CÂNDIDO, s/d)

No geral, as professoras atribuem diversas funções à literatura infantil. Como vimos anteriormente, cada uma utiliza esse recurso enfatizando uma ou algumas das funções da literatura. Embora utilizem também a literatura para deleite, usufruindo de sua ludicidade, não podem esquecer sua função literária, pois, concordando com Góes (1991), a literatura contribui para entreter, deleitar, instruir e educar, sendo melhor que todas essas funções ocorram e não apenas uma se destaque das demais, ou seja, deve-se sim utilizar a literatura para fins pedagógicos, mas sem haver negação de sua função literária. (SOARES, 2001, apud COSSON, 2009).

O terceiro e último objetivo se trata de identificar como as professoras trabalham o tema da inclusão a partir da literatura infantil. Para responder ao terceiro objetivo da pesquisa, perguntamos às professoras se elas utilizam a literatura infantil na sua prática pedagógica e como este trabalho é realizado, ou seja, se há um momento específico para a leitura, se todos os alunos participam deste momento e como é o comportamento deles; quais as atividades e/ou discussões propostas a partir da leitura para os alunos com e sem deficiência. Pedimos também que descrevessem alguma atividade na qual a literatura foi utilizada para trabalhar sobre a inclusão.

Diante das respostas, vimos que a maioria das professoras trabalha o respeito às diferenças ao discutir a inclusão por meio da literatura. Porém, a forma como trabalham esse tema permitiu levantarmos duas categorias que caracterizam a fala das professoras, dispostas no quadro 3.

Quadro 3 – Formas de trabalho sobre inclusão a partir da literatura infantil.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Inclusão de forma indireta	A inclusão é trabalhada de forma implícita, sutil, através dos textos literários
Inclusão de forma direta	A inclusão é trabalhada com foco na deficiência de forma explícita

A primeira categoria traz a inclusão trabalhada de forma indireta, isto é, a inclusão é discutida de forma implícita, sutil, através dos textos literários, trabalhando a questão do respeito às diferenças. Já a segunda categoria, traz a discussão sobre inclusão de forma direta, apresentando como foco a deficiência.

Quanto à primeira categoria, percebemos que há um trabalho de conscientização e sensibilização com as crianças para compreender a diferença de cada um, sendo essa diferença vista de forma geral, sem expor o tema deficiência. Segundo a professora 1, o trabalho com a literatura para inclusão faz referência ao respeito às diferenças, onde é importante, segundo ela, “[...] mostrar a diferença, mostrar as igualdades, por que o bom é que somos todos iguais, mas temos nossas diferenças”. Então, a inclusão é trabalhada mais de forma geral, sem especificar as deficiências, como constatamos nas falas das professoras:

[...] eu não trabalhei termos hiperativo, de deficiência, síndrome de *down*, essas coisas eu não trabalhei, eu trabalhei mostrando a eles que a diferença é aceita [...]. (PROF. 4)

[...] as vezes a gente fica com receio de não enfatizar tanto. Existe um certo preconceito, não é todo mundo que aceita a inclusão não [...]. (PROF. 5)

Podemos observar que a maior parte das professoras afirmou não ter discutido o tema da inclusão a partir da questão da deficiência com os alunos. Esse fato pode ser gerado por diversos motivos, como pelo despreparo muitas vezes enfrentado por elas para discutir questões sobre deficiência ou até mesmo pela negação dessa problemática na sala de aula.

Porém, contrapondo-se, Werneck (1997) afirma que quando impedimos ou dificultamos acesso às informações sobre algo que consideramos anormalidades estamos agindo com discriminação.

Ao optar por só falar do bom, do bonito e do belo, o adulto vira um deturpador da realidade. Passa a sonegar dados sobre um mundo real (nele estão incluídas as doenças e as deficiências) que as crianças percebem como sendo parte do mundo delas, mas que nós insistimos em ignorar ou esconder. (WERNECK, 1997, p.55)

Além disso, não vimos, nas falas das professoras, um trabalho mais voltado para as crianças com deficiência. Em seus relatos, a criança com deficiência, na maioria dos casos, participa do momento de leitura junto com as outras crianças, porém, não há uma flexibilização de atividades ou da própria prática da leitura pensada para esta criança. Algumas professoras relataram ainda que em alguns momentos estas crianças ficam dispersas e desenvolvem outras atividades no momento da contação de história. O que fica claro é um trabalho voltado mais para a conscientização dos alunos para o respeito ao outro, para uma convivência pacífica, sem um foco totalmente direcionado para a questão da deficiência. Candau (2012) aborda essa questão, na qual a igualdade e a diferença precisam ser trabalhadas de forma que uma não anule a outra, ou melhor, a igualdade não pode negar a diferença.

A igualdade assume o reconhecimento de direitos básicos de todos/a, no entanto esses todos/as não são padronizados/as, não são os 'mesmos/as'. Têm de ter suas diferenças reconhecidas como elemento de construção da igualdade. (CANDAU, 2012, p.2)

Em relação à segunda categoria, apenas uma professora relatou desenvolver atividades para discutir a questão da inclusão de forma direta e natural relacionando personagem com e sem deficiência através da literatura. A professora 2 relatou já ter desenvolvido atividades em que trabalhou o tema da inclusão através de textos literários que traziam personagens com deficiência, permitindo às crianças uma visão mais concreta da realidade.

Assim, além de trabalhar diretamente com personagens que possuam algum tipo de deficiência, fazendo com que o aluno com deficiência presente na sala de aula se reconheça naquela história, está contribuindo para a valorização das diferenças trabalhando com as mesmas sem ignorá-las. Trabalhando dessa forma com as crianças, mostrando naturalidade entre as relações dos personagens com e sem deficiência, o professor acaba por gerar conflito nos pensamentos das mesmas fazendo muito mais que conscientizar. Monteiro e Martins (2013) afirmam que esses conflitos “ao se reestruturarem com as novas ideias adquiridas poderão favorecer a mudança de atitudes e o respeito à diversidade”.

Como podemos observar, a maioria das professoras utiliza a literatura infantil de forma mais sutil para trabalhar as questões das diferenças, ou seja, para promover a inclusão. A literatura utilizada, em sua maioria, não trabalha diretamente com as questões das deficiências, mas, fazem referência as mesmas. Salvo o caso da professora que aborda a perspectiva de trazer literaturas que mostram a relação natural de crianças com e sem deficiência, possibilitando muitos benefícios para as questões atitudinais e de respeito às diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu percebermos o que pensam as professoras sobre a literatura infantil como mediador para se trabalhar a inclusão na sala de aula. Constatamos que as professoras consideram a literatura um apoio às práticas educativas e que esta contribui na formação das crianças através de sua característica lúdica.

Além de reconhecer a importância da literatura para desenvolver a imaginação e o prazer pela leitura nas crianças, as professoras a consideram um apoio para trabalhar questões atitudinais, como o respeito à diversidade, a partir de um trabalho voltado para a inclusão. Ao trabalhar a questão da diferença na sala de aula por meio do texto literário, o professor desperta na criança o reconhecimento de si mesmo e do outro,

valorizando as diferenças de cada um, a partir de uma sensibilização trazida pelo envolvimento na história.

Percebemos também que as professoras preferem trabalhar a questão da deficiência a partir do respeito às diferenças de forma geral, ou seja, de forma subjetiva, retratando esse aspecto de modo a não trabalhar com a realidade do aluno, realizando comparações subjetivas entre a literatura e a diferença em questão. Nesse sentido, cabe ressaltarmos o cuidado em não deturpar a realidade, negando e evitando essas abordagens na sala de aula, pois temos que considerar a existência de diversas literaturas que abordam o tema da inclusão de forma direta, mas que são adequadas ao entendimento das crianças. Quando se trata, em sala de aula, o tema inclusão de forma natural, ou melhor, quando a literatura aborda a relação natural de crianças com e sem deficiência, há possibilidades de ocorrer mudanças atitudinais, uma vez em que essa relação causará reflexões por parte das crianças fazendo com que absorvam essa nova ideia apresentada pela literatura.

Dessa forma, o estudo possibilitou a ampliação do conhecimento na área da literatura infantil com foco na inclusão. Considerando a frequência de pesquisas no campo sobre as relações dos alunos com o tema da inclusão, o presente artigo traz a perspectiva dos docentes, ou seja, uma compreensão da relação da literatura infantil com a inclusão a partir do depoimento de professoras que estão inseridas no meio pedagógico vivenciando situações escolares diversas e, portanto, em contato direto com a realidade dos alunos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil: Gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BAPTISTA, Mônica. **A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância**. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte: novembro, 2010.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

- BRASIL. **Referencial Curricular da Educação Infantil**. Vol. 1. Brasília, 1998.
- CALDIN, Clarice Fortkamp. **A função social da leitura da literatura Infantil**. UFSC. Red de Revistas Científicas de America Latina, el Caribe, España y Portugal Encuentros Bibli. N° 15, 1er. Semestre, 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14701505>. Acesso em: 15 Jul. 2014.
- CÂNDIDO, Amélia Fernandes. **Para ser: a literatura promovendo a inclusão**, (n/d) Disponível em http://www.scipione.com.br/igualdade/artigos/artigos_01.asp. Acesso em: 18 Jul. 2014.
- CANDOU, Vera Maria. **Cotidiano escolar: a tensão entre igualdade e diferença**. Revista Nuevamerica/Novamerica, n.134, 2012. Disponível em: http://www.gecec.pro.br/downloads/04_Cotidiano_Esc_Igualdade_diferenca.pdf Acesso em: 15 dez. 2014
- COELHO, Nelly Novaes. **O conto de fadas: símbolos mitos arquétipos**. 2º edição. São Paulo: Ática, 1991.
- COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2009.
- CRISTÓFANO, Sirlene. **A Integração de Crianças com Necessidades Especiais por meio da Literatura Infantil**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.16, n.32, p.115-128, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.intermeio.ufms.br/revistas/32/32%20Artigo08-.pdf> Acesso em 12 de junho/2014.
- CUNHA, Maria A. Antunes. **Literatura Infantil: Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Ática. 6º edição, 1987.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Espanha: Salamanca, 1994.
- DRAGO, Rogério. **Inclusão na educação infantil**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

FERNANDES, Célia Regina. **Nas trilhas do letramento, prática e formação docente** / Adair Vieira Gonçalves, Alexandra Santos Pinheiro (organizadores) – Campinas, São Paulo: Mercado de Letras; Dourado, MS: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

GOÉS, Lúcia Pimentel. **Introdução à Literatura Infantil e Juvenil**. São Paulo: Livraria Pioneira. 2 edição, 1991.

KASSAR, Mônica. **Deficiência múltipla e educação no Brasil - discurso e silêncio na história dos sujeitos**. Campinas: Autores Associados, 1999.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MANTOAN, Maria. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MELO, Rejane. **A literatura na perspectiva de uma educação para a inter/multiculturalidade**. Recife: Bagaço, 2007.

MONTEIRO, Mirela G. Vidal; MARTINS, Lúcia de A. Ramos. **A utilização da literatura infantil como ferramenta no combate ao preconceito frente às pessoas com síndrome de down**. UFRN, 2013. Disponível em: [http://www.cc-sa.ufrn.br/6sel/anais/public/papers/Mirela Monteiro e L%C3%BAcia Martins.pdf](http://www.cc-sa.ufrn.br/6sel/anais/public/papers/Mirela_Monteiro_e_L%C3%BAcia_Martins.pdf)

Acesso em: 18 Jul. 2014

PANIAGUA, Gema; PALACIOS, Jesus. **Educação infantil: resposta educativa à diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RITER, Caio. **A formação do leitor literário em casa e na escola**. São Paulo: Biruta, 2009.

SILVA, Tarcisio B. Santos; SIMPLÍCIO, Micheline I. de Brito. **A literatura infantil e contação de histórias: caminhos possíveis para a inclusão**. III Fórum Identidade e

Alteridades – Educação, Diversidade e Questões de Gênero. UFS: Itabaiana /SE, Nov. 2009.

SOUZA, Linete. **A inclusão escolar no contexto da educação infantil**. Revista Científica Aprender. Varginha: 6ª edição :: 10/2012. Disponível em: <http://revista.fundacaoaprender.org.br/index.php?id=159> Acesso em: 29 de julho/2014.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém será mais bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

ZARDO, Sinara Polom; FREITAS, Soraia Napoleão. **A literatura infantil como auxílio pedagógico para uma educação inclusiva**. Revista Partes – Revista virtual do leitor. São Paulo, Ano IV, N° 46, Junho/2004. Disponível em: <http://www.partes.com.br/ed46/educaçao2.asp>. Acesso em: 29 Jun. 2014.

APÊNDICES

Apêndice 1: Roteiro de entrevista semi-estruturada

1. Qual a sua concepção sobre inclusão?
2. Você utiliza a literatura infantil na sua prática pedagógica? Se sim, tem um momento e tempo específico para a realização das atividades com a literatura infantil?
3. Quando trabalha a leitura, que recursos utiliza? Quais as estratégias aplicadas?
4. Como é feita a escolha dos livros? Há intenção de se trabalhar um tema específico ou é feita uma leitura deleite?
5. Para você, qual a importância de utilizar a literatura infantil nas atividades?
6. Você acha que é possível trabalhar a inclusão através da literatura? Por quê?
7. Como este trabalho é realizado? Os alunos participam das atividades propostas? E quanto aos alunos com deficiência, como é a interação entre eles? (Há conflitos, segregação ou participação desses alunos?)
8. Você percebe avanços na aprendizagem dos alunos com deficiência a partir das atividades desenvolvidas com a literatura infantil?
9. Você já realizou alguma atividade para trabalhar a inclusão através da literatura infantil? Você pode descrevê-la?